



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL N.º 154/2022

Processo de seleção para estágio de Pós - graduação em Direito no Ministério Público do Estado do Paraná - MPPR.

O Promotor de Justiça Dr. Rodney André Cessel, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo n.º 19.19.0525.0018941/2022-27 resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente edital que estabelece as instruções destinadas à seleção e admissão de estagiários de Pós - Graduação em Direito para atuarem junto a 25ª Promotoria de Justiça.

1. Das vagas

O processo de seleção regulado por este edital destina-se ao preenchimento de 02 (duas vagas) para estágio de pós - graduação em direito existente(s) na 25ª promotoria de justiça, assim como a formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 7 deste edital.

- 1.1. Ficam reservadas aos negros 30% (trinta por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Resolução PGJ 4171/2016.
- 1.2. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 1.3. A reserva de vagas dos itens 1.2 e 1.3 será aplicada considerando-se a hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e a formação de cadastro de reserva.



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

1.4. As vagas que eventualmente não forem preenchidas pelos candidatos descritos nos itens 1.1 e 1.2 serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

1.5. O cadastro de reserva poderá, a critério exclusivamente do MPPR, ser utilizado por outras unidades/promotorias. O candidato poderá optar em aceitar a vaga da outra unidade ou permanecer no cadastro de reserva.

2. Da bolsa-auxílio

O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 1.981,20 (Hum Mil Novecentos e Oitenta e Um Reais e Vinte Centavos) e a auxílio-transporte no valor de R\$ 242,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Reais).

3. Dos requisitos para a admissão

Para ser admitido como estagiário, o interessado deverá:

- 3.1. ter concluído a Graduação
- 3.2. ser estudante do curso de Pós-Graduação em Direito e estar regularmente matriculado em Instituições de Ensino devidamente conveniadas;
- 3.3. ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira em ambos os períodos;
- 3.4. ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
- 3.5. não ter exercido, anteriormente, o total de dois anos de atividade de estágio de Pós-graduação em Direito no âmbito do MPPR.

4. Das inscrições

4.1 - Serão realizadas, isentas de custas, pelo preenchimento de ficha de inscrição disponível em <http://bit.ly/3BGXLuE> ou pelo QR CODE abaixo:





MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

no período de **19 de Setembro de 2022, (a partir das 13 horas e 30 min) a 23 de Setembro de 2022 (até às 17 horas e 30 min)**, a qual deverá ser impressa e entregue no local e prazo definidos no item seguinte.

4.1.1 - Para ser EFETIVADA A INSCRIÇÃO, será obrigatória a apresentação, entre os dias 19 de Setembro a 23 de Setembro de 2022, na recepção da Sede do Ministério Público (Rua Capitão Pedro Rufino, n.º 605, Jardim Europa, Londrina/PR), no horário das 13h30min às 17h30min, dos documentos abaixo:

- a) Fotocópia da cédula de identidade, do CPF e do comprovante de residência;
- b) Comprovante de matrícula atualizado e compatível com o estágio pretendido (não serão aceitos o histórico escolar ou cópia de contrato);
- c) Ficha de inscrição impressa e preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial no endereço eletrônico acima.

4.1.2 - Será permitida a entrega da ficha de inscrição por terceiros, **se** devidamente assinada pelo(a) candidato(a).

4.2 - Aos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Teste Seletivo, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, conforme estabelece o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, Lei 7.853, de 24/10/89 regulamentada pelo Decreto Federal 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

4.2.1. É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias especificadas no Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

4.2.2. Em obediência ao disposto no §5º do art. 17 da Lei nº 11.788/2008 e art. 35 da Resolução 1952/2009-PGJ aos candidatos portadores de deficiência será reservado o percentual de aproximadamente 10% (dez por cento) do total das vagas existentes.

4.2.3. Aos candidatos portadores de deficiência serão resguardadas as condições especiais previstas no art. 38, da Lei Estadual nº 15.139 de 31/05/2006 e no art. 41 do Decreto Federal 3.298 de 20/12/1999, quais sejam, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.2.4. Os candidatos portadores de deficiência que no ato da inscrição especificarem sua necessidade de tratamento diferenciado no dia da prova, deverão ainda requerê-lo por escrito, durante o período das inscrições e entregar na Secretaria do



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

Ministério Público no Fórum Criminal (Avenida Duque de Caxias, 689 - Jardim Igapó – Londrina/Pr), indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas, anexando o laudo médico atestando a espécie, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente à classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar revisão de adaptação da sua prova.

4.2.5. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá entregar o requerimento e laudo médico até o **dia 23/09/2022**, entre as 13h30 e 17h30, no endereço acima mencionado, com o título de LAUDO MÉDICO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ.

4.2.6. Os candidatos que não atenderem, dentro do prazo do período das inscrições, aos dispositivos mencionados nos itens 3.2.4 e 3.2.5 não serão considerados como portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

4.2.7. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se aprovados no Teste Seletivo, terão seus nomes publicados em lista à parte e também na lista geral de classificação.

4.2.8. Os candidatos portadores de deficiência, que não realizarem a inscrição conforme as instruções Constantes deste Capítulo não poderão impetrar recurso em favor de sua situação.

4.2.9. Será eliminado da lista de portadores de deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na ficha de inscrição, não se constate, devendo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

5. Da data e local de prova

O local e data das provas será definido em momento oportuno de acordo com o número de candidatos inscritos, sendo respeitados todos os critérios estabelecidos pela OMS para prevenção da contaminação pela COVID-19.

6. Do processo de seleção

O processo de seleção compreenderá duas fases, compostas por:

6.1. uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os seguintes temas:

A) DIREITO CONSTITUCIONAL: Princípios fundamentais; Direitos e garantias fundamentais; Poder judiciário; Funções essenciais à justiça.

B) DIREITO PENAL: Parte geral do Código Penal; Parte especial do Código Penal: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a administração da justiça; Legislação especial: crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei dos Crimes



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

Hediondos, Lei “Maria da Penha”, Lei de Drogas, Estatuto do Desarmamento, Crimes de Trânsito.

C) DIREITO PROCESSUAL PENAL: Código de Processo Penal: processo em geral (Livro I), processo comum (Título I do Livro II), nulidades e recursos em geral (Livro III); Lei de Execução Penal; Lei dos Crimes Hediondos; Lei da Prisão Temporária; Lei de Interceptações Telefônicas; Lei dos Juizados Especiais; Lei “Maria da Penha”; Lei de Drogas; Estatuto do Desarmamento; Crimes de Trânsito.

D) LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: O Ministério Público. Princípios institucionais do Ministério Público.

E) PORTUGUÊS e CONHECIMENTOS GERAIS: Análise e interpretação de textos; estrutura textual; relação entre ideias; coesão e coerência. Terminologias jurídicas.

- 6.2. entrevista com a autoridade solicitante ou pessoa indicada por este;
- 6.3. O candidato será informado através do e-mail de contato por ele fornecido no momento da inscrição.
- 6.4. O candidato terá o prazo de 4 horas para concluir a prova.
- 6.5. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.
- 6.6. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.
- 6.7. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:
 - a) não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;
 - b) que se apresentar após o horário indicado para início da prova.
- 6.8. Será excluído do exame o candidato que:
 - a) se negar a ser identificado, nos termos do item 5.7;
 - b) se identificar na folha de respostas;
 - c) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
 - d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
 - e) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

eletrônico de comunicação.

f) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

7. Da avaliação da prova e classificação dos candidatos

- 7.1. **A prova valerá 10 pontos e consistirá em questões objetivas e discursivas.**
- 7.2. **Somente serão corrigidas as questões discursivas dos candidatos que obtiverem, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acerto nas questões objetivas.**
- 7.3. **Os candidatos que não alcançarem 70% (setenta por cento) de acerto nas questões objetivas estarão automaticamente desclassificados.**
- 7.4. **O Português também será avaliado durante a correção das respostas discursivas, podendo ser critério desclassificatório.**
- 7.5. Serão aprovados, na 1ª fase, todos os candidatos que atingirem a nota mínima 7,0 (sete), **desde que preencham os requisitos constantes deste Edital** e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução nº. 4171/2016, da PGJ, disponível na página da internet do Ministério Público, em Centro de Estudos, Divisão de Estágios.
- 7.6. **O resultado da 1ª fase** estará disponível no site www.mppr.mp.br (link Concursos/Testes Seletivos – Estagiários)
- 7.7. **A entrevista será realizada em data a ser definida, com nota de 0 a 10.** Consiste em análise curricular e entrevista, para os aprovados na primeira fase que cumprirem o previsto no item 7.5.
 - 7.7.1 **Da documentação necessária:** o candidato deverá apresentar no momento da entrevista os documentos abaixo.
 - a) 01 foto 3x4;
 - b) Histórico escolar;
 - c) Currículo atualizado.
- 7.8. Serão aprovados na entrevista todos os candidatos que atingirem a nota mínima 7,0 (sete), **desde que preencham os requisitos constantes deste Edital** e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução nº. 4171/2016, da PGJ, disponível na página da internet do Ministério Público, em Centro de Estudos, Divisão de Estágios.
- 7.9. O critério de desempate dos candidatos classificados privilegiará aqueles com maior nota na entrevista.
- 7.10. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

7.11. O resultado do processo de seleção será divulgado no site da Escola Superior do MPPR.

7.12. O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo e-mail **ldfmaeyama@mppr.mp.br**

8. Da convocação

8.1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item 7 deste Edital.

8.2. A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição.

8.3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

a) aceitar a vaga ofertada;

b) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

8.4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

8.5. A desistência tratada no item 8.3.b é irretratável.

8.6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 8.3.

8.7. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da convocação no endereço especificado munido dos documentos relacionados no Art. 21 §1º do Regulamento de Estágios do MPPR.

8.8. A falta de qualquer um dos documentos a que se referem o item 7.9 implicará a não admissão do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

9. Das disposições finais

9.1. Este Edital e o Regulamento de Estágios do MPPR ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo na página da Divisão de Estágios do MPPR em <https://escolasuperior.mppr.mp.br/pagina-356.html>

9.2. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

- 9.3. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da página <https://apps.mppr.mp.br/estagiarios/ConsultaEditalList.seam>
- 9.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, o Regulamento de Estágios do MPPR e este Edital.
- 9.5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado do Paraná.
- 9.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Paraná.

Londrina, 15 de Setembro de 2.022.

Ródney André Cessel
Promotor de Justiça
25ª Promotoria de Justiça